

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
ATA DA 42ª REUNIÃO

Data: 28 de setembro de 2006.

Local: Mini auditório da Secretaria de Recursos Hídricos/MMA, localizado no 4.º andar do edifício sede da CODEVASF, SGAN 601, lote 1, Brasília/DF.

PARTICIPANTES:

- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:
Paulo Roberto Checchia (paulo.checchia@planejamento.gov.br)
- Ministério dos Transportes
Fred Crawford Prado (fred.crawford@transportes.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional:
Gustavo dos Santos Goretti (gustavogoretti@uol.com.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SRH:
Luiz Augusto Bronzatto (luiz.bronzatto@mma.gov.br)
- Ministério das Cidades:
Claudia M. F. Albuquerque (claudiamfa@cidades.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia:
Eduardo de F. Madeira (madeira@mme.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA:
João Gilberto Lotufo (jglotufu@ana.gov.br)
- Conselhos Estaduais Rio de Janeiro / São Paulo :
Antonio Carlos Coronato (carlos.coronato@daee.sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais Espírito Santo / Minas Gerais:
Luiza de Marillac Camargos (luiza.marillac@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais Bahia / Ceará:
Aldo Carvalho Andrade (aldo@srh.ba.gov.br)
- Concessionárias e Aut. de Geração Hidrelétrica:
Regina Menrava Romanini (regina.romanine@cesp.com.br)
- Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto:
Walder Suriani (aesbe@aesbe.mg.br)
- Indústrias:
Marco Antonio Caminha (mcaminha@fiesp.org.br)
- Organizações Não Governamentais:
Ninon Machado de Faria Leme Franco (ipanemasede@yahoo.com.br)
- Consórcios e Assoc. Interm. Municipais de Bacias Hidrográficas:
Ausente
- Comitês de Bacias Hidrográficas
Yvonilde D. Pinto Medeiros (ymedeiros@terra.com.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa – ABRH:

44 Antonio Eduardo Lanna (edulanna@gmail.com)

45 **CONVIDADOS:**

- 46 • Adriana Lustosa da Costa (adriana-lustosa.costa@mma.gov.br)
- 47 • Andrea Paula Carestiato Costa (acarestiato@uol.com.br)
- 48 • Andreia Figueiredo (andrea@mme.gov.br)
- 49 • Bolivar A. Matos (bolivar@ana.gov.br)
- 50 • Demetrios Chistofidis (Demetriusugpo2002@yahoo.com.br)
- 51 • Ednaldo Mesquita (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)
- 52 • Elisa Monteiro Malafaia (elisa.malafaia@planejamento.gov.br)
- 53 • Elisa Romano (edezolt@cni.org.br)
- 54 • Jaciara Rezende (jaciara.rezende@mma.gov.br)
- 55 • Joao Bosco Senra (joao.senra@mma.gov.br)
- 56 • Marley Caetano de Mandonça (marley.mendonca@mma.gov.br)
- 57 • Oneida Freire (segmentos@turismo.gov.br)
- 58 • Pedro Oliveira (pedro.oliveira@elabore.com.br)
- 59 • Percy Soares Neto (percy.neto@mma.gov.br)
- 60 • Rachel Landgraf de Siqueira
- 61 • Rafael Egashira (rafael.egashira@mma.gov.br)
- 62 • Roseli dos Santos Souza (roseli.souza@mma.gov.br)
- 63 • Veroni Korilo (veroni.korilo@mma.gov.br)
- 64 • Viviani Pineli Alves (viviani.alves@mma.gov.br)

65

66 **RELATORIA:**

- 67 ▪ Fabiano Chaves da Silva (fabiano.silva@mma.gov.br)

68

69 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

70

71 Ao 28.º dia de setembro do ano de dois mil e seis, com início às nove horas e trinta minutos, a
72 Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH do Conselho Nacional de
73 Recursos Hídricos – CNRH realizou sua quadragésima segunda reunião convocada há dezesseis dias
74 e tendo como relator o senhor Fabiano Chaves da Silva. *1 – Eleição e posse do novo presidente da*
75 *CTPNRH para o período de 1º/07/2006 a 31/06/2007.* O Sr. Fabiano Chaves da Silva, relator da
76 CTPNRH, iniciou as atividades saudando os presentes e desejando a todos uma boa reunião.
77 Especificamente sobre a pauta comentou que, de acordo com o regimento interno do Conselho
78 Nacional de Recursos Hídricos, as câmaras técnicas serão presididas por um dos seus membros eleito
79 na primeira reunião de cada mandato. Portanto, questionou se existiria algum candidato ou sugestão
80 de nome para ocupar a função de Presidente da CTPNRH. A Sra. Ninon Machado apresentou a
81 proposta de que o segmento das organizações técnicas de pesquisa, representado pela Associação
82 Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH, continue na direção dos trabalhos da CTPNRH. Disse que
83 apoiava a indicação do representante da ABRH para a presidência da CTPNRH, pelo fato da ABRH
84 ser uma entidade de grande expressão técnica e neutra no processo. Lembrou que tradicionalmente a
85 ABRH vem desenvolvendo um excelente trabalho exemplificado nas gestões dos Srs. José Leomax
86 dos Santos, Oscar de Moraes Cordeiro Netto e Francisco de Assis Filho. Enfatizou que a ABRH
87 representa um segmento fortemente ligado ao aspecto científico, e a última gestão da presidência da
88 CTPNRH, por parte do Sr. Francisco de Assis Filho, foi brilhante e um exemplo a ser seguido.
89 Ressalvou, porém, a possibilidade de que o representante atual da ABRH possa ter algum

90 impedimento em relação a conflito de interesses, por ser consultor da área e poder assumir
91 eventualmente compromissos profissionais por contratação da SRH/MMA. Por fim, sugeriu que
92 fosse realizada uma pausa de dez minutos na reunião para que os membros pudessem conversar entre
93 si. O Sr. Eduardo Lanna, representante da ABRH na CTPNRH, agradeceu a indicação do seu nome a
94 presidência da CTPNRH. O Sr. Eduardo Lanna explicou que inicialmente não considerou a
95 possibilidade de assumir a presidência da CT, mas ponderou que são importantes a participação e
96 colaboração da ABRH no processo de implementação do PNRH. Mencionou que participou como
97 consultor da Secretaria de Recursos Hídricos na elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos
98 – PNRH. Ademais, informou que foi aberta uma chamada para consultoria no detalhamento dos
99 programas e estratégia de implementação do PNRH, na qual teria se candidatado a vaga de consultor.
100 Desta forma, mencionou que no momento não saberia se existiria algum impedimento para ocupar a
101 função de presidente da CTPNRH. Mas, de qualquer forma, gostaria que todos estivessem cientes da
102 possibilidade de, futuramente, como consultor, prestar consultoria à Secretaria de Recursos Hídricos.
103 A Sra. Oneida Freire sugeriu que antes da escolha do presidente fosse apresentada a pauta de trabalho
104 da CTPNRH para o próximo ano e, desta forma, seria possível avaliar se o perfil do candidato a
105 presidência seria compatível com o escopo do trabalho a ser desenvolvido pela CTPNRH. O Sr.
106 Fabiano Chaves esclareceu que na pauta da presente reunião existiria uma apresentação das ações
107 previstas para implementação do PNRH. O Sr. Márley Caetano disse que a Sra. Ninon Machado foi
108 muito apropriada ao resgatar o trabalho dos representantes da ABRH na presidência da CTPNRH.
109 Ratificou a indicação do Sr. Eduardo Lanna para presidente da CTPNRH e esclareceu que o trabalho
110 de consultoria realizado pelo mesmo já teria sido apreciado pela CTPNRH e objeto de deliberação
111 por parte do Plenário do CNRH. Portanto, seriam matérias vencidas. Não obstante, haveria a
112 possibilidade do Sr. Eduardo Lanna ser contratado novamente como consultor da SRH, caso fosse
113 selecionado entre os candidatos que se apresentaram. Em seguida, disse que no entendimento da
114 SRH não haveria qualquer impedimento para que o Sr. Eduardo Lanna viesse a ocupar a presidência
115 da CTPNRH. Citou que todos os membros da Câmara Técnica teriam interesses nas matérias
116 discutidas, e com direito a voz e voto. E assim, de acordo com a hipótese de impedimento do então
117 candidato, Sr. Eduardo Lanna, todos os membros estariam também impedidos. Lembrou que o
118 trabalho do presidente seria mais relevante em relação a organização e direção dos trabalhos da
119 Câmara Técnica. A Sra. Yvonilde Medeiros destacou a importância, para a ABRH, da participação
120 do Sr. Eduardo Lanna na CTPNRH, e mais ainda enquanto presidente desta Câmara Técnica.
121 Decerto que a fase que se inicia de implementação do PNRH deverá exigir, na direção dos trabalhos
122 da CTPNRH, a presença de uma pessoa experiente e que participou do processo de elaboração do
123 PNRH. A Sra. Ninon Machado disse que não existiria dúvida sobre a indicação do nome do
124 representante da ABRH e de sua notável competência para exercer a função de presidente da
125 CTPNRH. Ponderou sobre qual seria o entendimento da Câmara Técnica em relação aos possíveis
126 impedimentos quando a pessoa do presidente da Câmara Técnica tiver contrato de consultoria com a
127 Secretaria de Recursos Hídricos. Lembrou as exigências previstas na Lei que institui Normas para
128 Licitações e Contratos da Administração Pública Federal (LEI 8666 de 21/06/1993). Todavia,
129 caberia ao Sr. Eduardo Lanna, caso seja escolhido como consultor da SRH, fazer uma opção, visto
130 que no entender dessa representante da sociedade civil há impedimento legal e ético. O Sr. Márley
131 Caetano esclareceu que a citada seleção de consultores é feita com base em normas do Banco
132 Mundial e, portanto, não existiria nenhum impedimento do Sr. Eduardo Lanna, então como

133 presidente da CTPNRH, participar do processo de seleção. O Sr. Eduardo Madeira disse que o
134 Ministério das Minas e Energia concordava com a indicação do Sr. Eduardo Lanna para presidente
135 da CTPNRH, mas sugeriu que a questão levantada pela Sra. Ninon Machado fosse objeto de uma
136 discussão mais ampla. O Sr. Lotufo Conejo disse que entedia o trabalho da CTPNRH como um
137 processo de validação das matérias em discussão não cabendo ao presidente da câmara técnica
138 aprovar ou não determinado produto. O papel do presidente seria facilitar a discussão dos membros
139 da CTPNRH. Ressaltou que a Secretaria de Recursos Hídricos tinha pronunciado que não existiria
140 nenhum impedimento em relação à pessoa do Sr. Eduardo Lanna. Portanto recomendou a aprovação
141 do nome do Sr. Eduardo Lanna para presidente da CTPNRH. Caso existisse algum impedimento
142 formal, caberia a SRH analisar e tomar as providências necessárias. A Sra. Ninon Machado lembrou
143 que o Brasil é signatário da Convenção de Nova Iorque que trata da questão da transparência, e
144 portanto exige de todos uma maior responsabilidade no trato da coisa pública. Disse que seu
145 posicionamento seria em defesa do Sr. Eduardo Lanna, do Sistema Nacional de Gerenciamento de
146 Recursos Hídricos e da CTPNRH, e que embora fosse pago pelo Banco Mundial, os recursos
147 estariam sob a égide de contratos de empréstimos e sujeitos as normas constitucionais brasileiras.
148 Destacou o encaminhamento proposto pelo Sr. Lotufo Conejo, de aprovar o nome do Sr. Eduardo
149 Lanna para presidente e caso existisse algum futuro impedimento deverá ser feito uma avaliação do
150 caso em questão. O Sr. Fred Crawford disse que concordava com a indicação do Sr. Eduardo Lanna e
151 ainda com a ressalva apresentada pela Sra. Ninon Machada, neste caso devendo a CTPNRH se
152 manifestar sobre a questão. O Sr. Luiz Bronzatto, em nome da SRH, deu inicialmente boas-vindas a
153 todos os membros da CTPNRH. Disse que o Sr. Eduardo Lanna foi consultor da SRH tendo
154 contribuído com um excelente trabalho, e no momento não existe nenhum compromisso profissional
155 dele com a SRH. Portanto não haveria nenhum impedimento para que o mesmo pudesse aceitar a
156 função de presidente da CTPNRH nesse momento. Caso o Sr. Eduardo Lanna venha a ser contratado
157 pela SRH, os produtos da consultoria serão apresentados à própria SRH. Por conseguinte, a SRH
158 poderia avaliar o produto da consultoria e solicitar as modificações necessárias. Por fim, os produtos
159 seriam apresentados pela SRH à CTPNRH para conhecimento e sugestões. O Sr. Lotufo ressaltou
160 que a opção dos membros da CTPNRH seria que a presidência da Câmara Técnica deveria ser
161 ocupada pelo representante de uma organização técnica neutra. Lembrou que essa decisão, de indicar
162 qual dentre os seus membros iria atuar na função administrativa em questão, é competência exclusiva
163 da Câmara Técnica. O Sr. Eduardo Lanna disse que inicialmente não tinha pretensão de ser
164 presidente da CTPNRH, mas tinha muita satisfação em atender a um chamado da ABRH e
165 representa-la na CTPNRH. Agradeceu mais uma vez a indicação do seu nome para presidente da
166 CTPNRH, afirmando que a aceitava. Entretanto, que tendo em vista os reparos apresentados por
167 alguns colegas, se comprometeu, caso seja selecionado como consultor da SRH, a se demitir tanto da
168 função de presidente da CTPNRH, quanto da representação da ABRH, tendo em vista a hipótese da
169 existência de algum impedimento, que seria suficiente, no seu entendimento, para coloca-lo em
170 situação de desconforto. O Sr. Fabiano Chaves indagou se todos os membros da CT presentes
171 confirmavam a indicação do Sr. Eduardo Lanna. Sendo aceito por unanimidade. Em seguida o Sr.
172 Fabiano Chaves, em nome da Secretaria Executiva, parabenizou o Sr. Eduardo Lanna e o convidou
173 para presidir os trabalhos da CTPNRH. *Item 2 - Leitura e aprovação da Ata da 41.ª Reunião da*
174 *CTPNRH.* O Presidente da Câmara lembrou que na 41.ª reunião da CTPNRH foi recomendada a
175 aprovação do PNRH pelo plenário do CNRH. Citou a apresentação, na presente reunião, do

176 documento “Sistematização das Sugestões Apresentadas ao PNRH” (**ANEXO 1**), o qual teria sido
177 produto de encaminhamento proposto ao GTCE na 41ª Reunião. Solicitou ao Sr. Fabiano Chaves que
178 administrasse o processo de aprovação da ata. Foi solicitada aos presentes a dispensa da leitura da
179 ata, porque a mesma já havia sido enviada com antecedência regimental, após concordância dos
180 presentes, os membros presentes apresentaram suas sugestões de correções às atas. A Sra. Ninon
181 registrou a boa qualidade da ata como documento importante para a implantação da Política Nacional
182 de Recursos Hídricos. Sugeriu que a mesma fosse objeto de publicação junto com outros documentos
183 históricos, como por exemplo o parecer técnico da CTPNRH que recomenda a aprovação do PNRH.
184 O Sr. Luiz Bronzato, corroborando com a proposta da Sra. Ninon Machado, citou a Ata da 41ª
185 reunião da CTPNRH e seus anexos, o Parecer Técnico da CTPNRH e a Resolução CNRH Nº 58
186 como marcos para o início do processo de planejamento da implementação do PNRH. Após outras
187 considerações e encaminhamento de correções, a ata foi aprovada. Em seguida, o Sr. Eduardo Lanna
188 passou ao **Item 3 – Apresentação sobre histórico da CTPNRH**. Para apresentar o item 3 da pauta foi
189 passada a palavra ao Sr. Fabiano Chaves da Silva da Secretaria Executiva do CNRH e relator da
190 CTPNRH. O mesmo, em sua apresentação (**ANEXO 2**), citou os fundamentos legais que orientam os
191 trabalhos da CTPNRH, as competências específicas de acordo com a Resolução CNRH nº 4, de 10
192 de junho de 1999 e destacou as gestões dos presidentes da CTPNRH. Descreveu os principais
193 produtos da Câmara Técnica relacionando-os ao histórico de suas atividades e, por fim, explicou o
194 trabalho de apoio administrativo e técnico da Secretaria Executiva do CNRH ao funcionamento da
195 Câmara Técnica. Finalizada a apresentação, a Sra. Ninon Machado lembrou que um importante
196 momento para a CTPNRH ocorreu quando a discussão do processo de elaboração do PNRH passou a
197 fazer parte da agenda efetiva de outros entes governamentais. Dando continuidade à reunião, o Sr.
198 Eduardo Lanna solicitou que o Sr. Percy Soares Neto conduzisse o **Item 4 – Apresentação sobre as**
199 **ações desenvolvidas**. O Sr. Percy Soares Neto iniciou a apresentação (**ANEXO 3**) informando que
200 iria abordar as atividades desenvolvidas, desde a aprovação do PNRH, pela Gerência de Apoio à
201 Formulação da Política (GAP) da SRH. Destacou as seguintes atividades: **1** – Tramitação do PNRH
202 no CNRH e finalização dos Volumes e Produtos de apoio ao PNRH. Comentou que para a edição de
203 lançamento, os Volumes do PNRH passaram por uma revisão técnica realizada pela equipe da GAP.
204 Disse que essa atividade segue em execução, com vistas a fechar a versão derradeira dos Volumes do
205 PNRH para publicação. Mencionou o acompanhamento da elaboração da Síntese Executiva do
206 PNRH e tradução para inglês e espanhol e a conclusão de 5 cadernos setoriais e 10 cadernos
207 regionais, sendo que dois encontram-se em etapa final de aprovação; **2** – Atendimento das metas
208 estabelecidas no volume IV do PNRH. Esse conjunto de atividades está sendo desenvolvido sob a
209 coordenação da SRH/DPE/GAP em conjunto com ANA, por meio do GTCE. Em relação ao Sistema
210 de Informações do PNRH (SIGPNRH) uma equipe da GAP vem desenvolvendo esforços para
211 modelagem, estruturação e atualização dos fluxos de informações; **3** - Publicização do PNRH e
212 articulação com os diversos setores a serem envolvidos na implementação do Plano. O Sr. Percy
213 Soares Neto declarou que existiria muito demanda para a apresentação do PNRH em diversas
214 instâncias da sociedade. Para isso a GAP desenvolveu diversas ações como, por exemplo, Encontros
215 Públicos Estaduais e Distrital, Participação na Oitava Conferência das Partes da Convenção sobre
216 Diversidade Biológica - evento paralelo: *Water for Biodiversity: An Ecosystem Perspective for the*
217 *Brazilian Water Resources Plan*, diversas apresentações do PNRH em seminários, congressos e
218 oficinas ocorridas em várias regiões do País, Apresentação do PNRH (estudo de caso) em duas

219 oficinas em Honduras e Nicarágua (realização PNUMA e organização da GWP – América Central),
220 Apresentação dos trabalhos “Sistema de Informações do PNRH” e “Processo de Construção do Plano
221 Nacional de Recursos Hídricos” pela equipe do PNRH na WIS 8 – Oitava Cúpula de Informação
222 sobre Água: Integrando e Fortalecendo Redes de Informação para a Água e o Meio Ambiente,
223 Apresentação e discussão sobre o PNRH na Controladoria Geral da União, Apresentação e discussão
224 sobre o PNRH no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Por fim, o Sr. Percy Soares
225 Neto apresentou as atividades de articulação com os diversos setores a serem envolvidos na
226 implementação do Plano. Dentre essas atividades de articulação, destacou a Realização de uma
227 oficina interna com as outras áreas da SRH, inclusive com discussões com os representantes da SRH
228 nas Câmaras Técnicas e seus relatores sobre formas de articulação entre o que está proposto no
229 âmbito dos programas do PNRH e as atividades formais das Câmaras Técnicas, ademais a
230 Realização de reuniões com as Comissões Executivas Regionais, Acompanhamento das Avaliações
231 Ambientais Integradas – AAIs em articulação com a Secretaria de Qualidade Ambiental do MMA,
232 Articulação com a Secretaria de Biodiversidade e Florestas no âmbito do PROBIO com a intenção de
233 inserir a questão da biodiversidade na gestão dos recursos hídricos e ainda o Acompanhamento do
234 relatório sobre os recursos hídricos brasileiros para subsidiar o Global Environment Outlook – GEO
235 4 (4º relatório sobre o ambiente global – PNUMA). Finalizada a apresentação do item de pauta 4, o
236 Sr. Eduardo Lanna passou a palavra ao Sr. Luiz Bronzatto para dar continuidade à reunião com
237 apresentação do **Item 5 – Informes das ações previstas para a implementação do PNRH.**
238 **(ANEXO 4)** O Sr. Luiz Bronzatto disse que a partir da aprovação do PNRH pelo Plenário do CNRH
239 iniciou-se o processo de implementação do PNRH. Lembrou que uma característica importante do
240 PNRH seria que o mesmo se configura como um Plano de Estado. Além disso, representaria um
241 amplo processo de construção de pactos entre os diversos segmentos do SINGREH, considerando a
242 premissa da participação e descentralização das discussões e tomada de decisões. Ressaltou que, de
243 acordo com a Resolução CNRH No 58, o detalhamento operativo dos programas e metas contidos no
244 volume IV deverá ser coordenado pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio
245 Ambiente e submetido à aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos até 31 de dezembro
246 de 2007. Em seguida, descreveu as metas previstas no processo de implementação do PNRH: **META**
247 **1** - Elaborar e aprovar no âmbito do CNRH documento denominado Estratégia de Implementação do
248 PNRH. Esse documento definirá, entre outros aspectos, como materializar o que foi proposto para o
249 Plano, especialmente no que se refere: aos instrumentos econômicos e os mecanismos institucionais,
250 extra-SINGREH, a serem adotados; mecanismos de integração entre SISNAMA e SINGREH;
251 fortalecimento de inserção do SINGREH nas demais políticas públicas; **META 2** - Desenvolver,
252 propor e aprovar o Sistema de Gerenciamento Ordenado Por Resultados - SIGEOR, no âmbito do
253 CNRH. Esse sistema deverá estar em perfeita consonância com as competências da SRH/MMA,
254 ANA e CNRH e incluir um conjunto de indicadores intermediários e finalísticos, visando o controle
255 e à avaliação do PNRH; **META 3** – Detalhar e implementar o Sistema de Implantação,
256 Monitoramento e Avaliação do PNRH e o Sub-sistema de Informações de Monitoramento e
257 Avaliação do PNRH, vis-à-vis a implementação de ações para o fortalecimento dos instrumentos de
258 gestão e do SINGREH; **METAS 4, 5 e 6** – Detalhamento dos programas e ações de implementação
259 dos mesmos. Destacou que esse conjunto de atividades está sendo desenvolvido sob a coordenação
260 GAP / SRH em conjunto com ANA, por meio do GTCE. Ao final, o Sr. Luiz Bronzatto apresentou
261 perspectivas de desafios para implementação do PNRH: Detalhamento operativo dos 13 programas e

262 subprogramas, contidos no Volume IV (Programas Nacionais e Diretrizes) do PNRH, a ser
263 coordenado pela SRH/MMA e submetido à apreciação do CNRH até 31 de dezembro de 2007;
264 Articulação das várias políticas públicas setoriais cuja água é fator estruturante, por meio das
265 instâncias do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SINGREH); Incorporação do PNRH como um
266 instrumento balizador das ações do Poder Público na implementação da política nacional de recursos
267 hídricos; Implementação do PNRH, nas mesmas bases em que foi construído, de forma participativa
268 e descentralizada, apoiando-se em um processo contínuo de monitoramento, avaliação e atualizações
269 periódicas. Em relação a um possível cronograma para essas ações, o Sr. Luiz Bronzatto mencionou
270 que, de acordo com a dinâmica de atividades do GTCE e da tramitação de matérias ao CNRH,
271 possivelmente, no próximo dia 6 de novembro, o GTCE deverá apresentar na CTPNRH o documento
272 de estratégia de implementação do CNRH. E em seguida, no dia 28 de novembro apresentaria a
273 proposta do sistema de gerenciamento por resultado. Finalizadas as apresentações, o Sr. Eduardo
274 Lanna perguntou se existiam comentários ou sugestões por parte dos membros da Câmara Técnica. A Sra. Ninon Machado manifestou-se dizendo que outros entes além da ANA estão
275 participando do processo de divulgação do PNRH. Destacou que o Brasil tem sido reconhecido
276 como uma referência internacional por estar prevendo o cumprimento das Metas do Milênio ao
277 elaborar o PNRH. Sugeriu que o GTCE fizesse um levantamento dos diversos atores que estão, de
278 alguma maneira, publicizando o PNRH. Relatou que, ao participar de uma reunião do Comitê para
279 Integração da Bacia do Paraíba do Sul (CEIVAP) e da Associação Pró-Gestão da Bacia Hidrográfica
280 do rio Paraíba do Sul (AGVAP) que estão discutindo nova metodologia para cobrança pelo uso dos
281 recursos hídricos, procurou inserir no *caput* dos considerandos da resolução menção ao PNRH,
282 contudo não obteve êxito. Apresentou sua preocupação com atuação das Comissões Executivas
283 Regionais - CERs e sua transversalidade no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos
284 Hídricos. Entretanto, ressaltou a importância da participação das CERs no processo de elaboração do
285 Plano. Em seguida apresentou sugestão (ANEXO 5), no âmbito do processo de implementação, de
286 avaliar quais seriam os impactos do PNRH na legislação em vigor. Citou, ainda, os artigos 12 e 52
287 da Lei 9433/97, sendo que o artigo 52 diz: *Enquanto não estiver aprovado e regulamentado o Plano*
288 *Nacional de Recursos Hídricos, a utilização dos potenciais hidráulicos para fins de geração de*
289 *energia elétrica continuará subordinada à disciplina da legislação setorial específica.* Concluiu que
290 possivelmente essa matéria deverá ser encaminhada para as Câmaras Técnicas de assuntos legais e
291 institucionais, bem como para a de integração de procedimentos, ações de outorga e ações
292 reguladoras. Mas essa discussão deveria ser iniciada pela CTPNRH, pois seria uma consequência da
293 aprovação do PNRH. A Sra. Luiza de Marillac ressaltou a importância dos Conselhos Estaduais de
294 Recursos Hídricos e dos Órgãos Gestores no processo de implementação do PNRH. O Sr. Fred
295 Crawford disse que o setor energético estaria fazendo Avaliações Ambientais Integradas, o que
296 poderia ser um agravio à Lei 9433/97, pois diz respeito a um uso setorial importante, geração de
297 energia elétrica, que deveria considerar os demais usos de água. Afirmou ser necessário um
298 posicionamento do Ministério do Meio Ambiente para defender o racional e múltiplo uso dos
299 recursos hídricos. Citou ainda a questão que eventualmente aparece nas discussões do PNRH, a qual
300 trata das nomeadas 56 unidades de planejamento. Lembrou que essas unidades de planejamento
301 nunca foram objeto de aprovação formal. O Sr. Fred Crawford mencionou também a necessidade de
302 apresentação e revisão dos Cadernos Regionais, os quais foram referências para elaboração do
303 PNRH e deveriam servir ao detalhamento dos programas. No entanto, alguns Cadernos Regionais
304

305 ainda não foram finalizados. Desta forma, solicitou que os Cadernos Regionais fossem apresentados
306 à CTPNRH para análise. Reclamou a necessidade de disponibilizar os volumes do PNRH (versão
307 final) aos membros da CTPNRH. Em relação à Região Hidrográfica do Tocantins, lembrou que a foz
308 do Rio Tocantins seria no Oceano Atlântico e portanto é necessário adequar os trabalhos para que as
309 divisões internas da bacia contemplem este fato. O Sr. Demetrios Christofidis mencionou que
310 apresentou sugestões importantes ao PNRH, em reuniões anteriores à 41ª Reunião da CTPNRH, e
311 que, infelizmente, não foram abordadas no documento final. Dentre estas sugestões destacou a
312 definição dos conceitos utilizados em recursos hídricos (uso consuntivo qualitativo e quantitativo),
313 integração das políticas e a definição dos limites no âmbito institucional e legal e inclusive os limites
314 do próprio instrumento, que seria o PNRH. Reafirmou sua preocupação direta com a gestão da
315 demanda e oferta, gestão de conflitos, eventos hidrológicos críticos, a ocupação e uso do solo com
316 urbanismo desordenado, o desmatamento, os resíduos sólidos e a drenagem urbana sustentável. O Sr.
317 Paulo Checchia, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, disse que o
318 MPOG contratou um estudo para a inserção da dimensão territorial na elaboração do próximo Plano
319 Plurianual. Ressaltou a importância de que o MPOG esteja subsidiado em relação ao Sistema
320 Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídrico e o PNRH para elaborar propostas de integração de
321 políticas. A Sra. Elisa Malafaia, também representante do MPOG, disse que um dos principais
322 problemas do Governo Federal seria a integração das ações de políticas. Decerto que o PNRH tende
323 a ser um instrumento importante para articulação no âmbito do PPA. O Sr. Eduardo Lanna deu boas
324 vindas aos representantes do MPOG e ressaltou a importância da participação deste ministério na
325 CTPNRH. O Sr. Eduardo Madeira solicitou que a Sra. Andrea Figueiredo, do Ministério de Minas e
326 Energia - MME, fizesse um breve histórico da Avaliação Ambiental Integrada como forma de
327 esclarecer as dúvidas do Sr. Fred Crawford. A Sra. Andreia Figueiredo disse que a Avaliação
328 Ambiental Integrada - AAI começou com a Avaliação Ambiental Estratégica que foi exigida ao setor
329 elétrico na região sudoeste de Goiás e para a bacia do Rio Uruguai. Explicou que uma Avaliação
330 Ambiental Estratégica seria uma avaliação de todos os planos, políticas e programas existentes no
331 âmbito federal, estadual e municipal num dado recorte geográfico, que poderia ser uma bacia, um
332 bioma ou uma unidade da federação. Por conseguinte, o Setor Elétrico refletiu que não lhe caberia o
333 planejamento territorial e a integração dessas políticas, e determinar o que seria ambientalmente
334 sustentável. Em virtude disto, o Setor Elétrico, em negociação com o Ministério Público, o qual
335 solicitava a referida avaliação, juntamente com o MMA e o IBAMA, chegaram a um consenso do
336 que se pretendia com a demanda de Avaliação Ambiental Estratégica - AAE. Verificou-se que o
337 pretendido era a aplicação da Resolução CONAMA Nº 10, a qual dizia que a AAE deveria ter uma
338 visão de bacia e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos dos empreendimentos hidrelétricos.
339 Sendo assim, o setor elétrico constatou que os estudos de inventário, embora feitos para um
340 determinado trecho do rio, já estavam sendo elaborados com a visão de bacia e impactos cumulativos
341 e sinérgicos. Desse modo, o setor elétrico decidiu por realizar um estudo que apresentasse a
342 integração dos impactos, cumulativa e sinergeticamente, no tempo e no espaço, de todos os
343 empreendimentos hidrelétricos numa bacia, sendo tal estudo denominado de Avaliação Ambiental
344 Integrada dos Impactos Cumulativos e Sinérgicos dos Empreendimentos Hidrelétricos numa Bacia,
345 ou AAI. Finalizou destacando que a Avaliação Ambiental Integrada seria uma avaliação setorial de
346 empreendimentos hidrelétricos e impactos de projetos existentes e planejados; por outro lado a
347 Avaliação Ambiental Estratégica analisaria os planos, políticas e programas dos diversos setores,

348 algo que não caberia à AAI, entendendo ter assim esclarecido as preocupações do Sr. Fred Crawford.
349 O Presidente da CTPNRH disse que existem muitos temas para discussão e possivelmente deveria
350 ocorrer uma reunião da CTPNRH após o recebimento de todo material do PNRH, para
351 encaminhamento por escrito de sugestões para o detalhamento dos programas e estratégias de
352 implementação. O Sr. Demetrios Christofidis sugeriu que na próxima reunião da CTPNRH fossem
353 realizadas apresentações por parte do MME sobre estudos sinérgicos e do MPOG sobre o estudo para
354 a inserção da dimensão territorial na elaboração do PPA. A Sra. Yvonilde Medeiros solicitou a
355 revisão do Caderno Regional do São Francisco, pois existem erros graves. Ressaltou um conceito
356 errôneo apresentado no PNRH quando o mesmo trata da questão da disponibilidade de água e a
357 gestão da demanda. O Sr. Eduardo Lanna, Presidente da CTPNRH, lembrou que o PNRH encontra-
358 se aprovado pelo CNRH, mas recomendou que os membros da CTPNRH atuem no processo de
359 detalhamento dos programas com foco nas expectativas apresentadas. O Sr. Luiz Bronzatto disse
360 que, em relação à aprovação do PNRH e a legislação em vigor, é preciso considerar os avanços que
361 já estão instituídos no âmbito do SINGREH, por exemplo os contratos de gestão existentes e as
362 Resoluções do CNRH. Informou que, quanto às 56 unidades de planejamento, elas foram usadas
363 exclusivamente no âmbito do Sistema de Informações do PNRH, atendendo porém a resolução do
364 CNRH N° 30 que define metodologia para codificação de bacias hidrográficas, no âmbito nacional, e
365 a de N° 32 que institui a Divisão Hidrográfica Nacional, não havendo motivo para as preocupação do
366 Sr. Fred Crawford. O Presidente da CTPNRH solicitou ao GTCE que elaborasse uma nota técnica a
367 respeito da criação e função das unidades de planejamento no âmbito do Sistema de Informações do
368 PNRH com o intuito de subsidiar e dirimir, definitivamente, o tema apresentado pelo Sr. Fred
369 Crawford nessa e em reuniões passadas. Posteriormente, o Sr. Luiz Bronzatto disse que, em relação
370 às questões apresentadas pelo Sr. Demetrios Christofidis, o PNRH traz no conjunto dos seus
371 programas e subprogramas aspectos bastante plurais e holísticos. Citou a existência de subprogramas
372 que dizem respeito ao aprofundamento de determinados estudos básicos para tomada de decisão no
373 ambiente do PNRH, como por exemplo em relação à quantificação dos cenários dos recursos
374 hídricos. O Sr. Demetrios Christofidis disse que suas sugestões teriam sido consideradas pela
375 CTPNRH e portanto gostaria de vê-las destacadas no PNRH. Sugeriu que todos os documentos do
376 PNRH fossem encaminhados aos membros da CTPNRH. O Sr. Luiz Bronzatto lembrou que os
377 Cadernos Regionais e os Cadernos Setoriais foram documentos de aporte para o PNRH. Ponderou
378 que um processo de revisão destes documentos de aporte seria um retrocesso. Ressaltou que a
379 Resolução CNRH N° 58 estabelece que a SRH/MMA, em articulação com a Câmara Técnica do
380 PNRH e apoio da ANA, deverá proceder à revisão do PNRH, a cada 4 anos, para orientar a
381 elaboração dos Programas Plurianuais - PPAs federal, estaduais e distrital e seus respectivos
382 orçamentos anuais. Destarte, dentro desse processo seria a forma qualificada para tratar de possíveis
383 adequações dos documentos. O Sr. Eduardo Lanna propôs que todo material relativo ao PNRH
384 (DRB, Cadernos Regionais, Cadernos Setoriais, Volumes do Plano, bem como todos os outros que
385 serviram de referência para elaboração do PNRN) fossem encaminhados previamente à próxima
386 reunião da CTPNRH, ao membros da CTPNRH para que estes apresentem por escrito as suas
387 sugestões para o detalhamento dos programas e da estratégia de implementação do PNRH. Além
388 disso, O Sr. Eduardo Lanna solicitou que o GTCE elaborasse uma estrutura (formulário) para o
389 procedimento de encaminhamento dessas sugestões. Os membros da CTPNRH consideraram a
390 proposta apresentada pelo presidente da CTPNRH adequada. O Sr. Fred Crawford informou que,

além da leitura e conhecimento das informações contidas no Cadernos Regionais e Setoriais, gostaria de fazer críticas e sugestões aos seus conteúdos. O Sr. Aldo Carvalho disse que, como coordenador da Coordenador da Comissão Executiva Regional do Atlântico Leste, pode perceber que a composição e participação dos representantes do governo federal estiveram abaixo das expectativas. Ademais, mencionou que os membros da CER esperavam que o Caderno Regional subsidiasse a discussão. Entretanto, lembrou que o processo de elaboração do PNRH foi atropelado por condições supervenientes e, em razão disso, muitas discussões, sugestões, avaliações e encaminhamentos por parte da CER foram suprimidas. O Sr. Eduardo Lanna manifestou-se dizendo que existem muitas questões e divergências de informações. Propôs que fosse criada uma lista de discussão na *internet* para ampliar o espaço de troca de informações e debate, evitando que temas que pudessem ser esclarecidos por meio de discussão eletrônica fossem levados às reuniões do CTPNRH. Os membros da CTPNRH consideraram a proposta adequada. O Sr. Luiz Bronzatto citou que nas reuniões realizadas com as CERS, após aprovação do PNRH, um dos pontos de pauta seria avaliação do processo regional do Plano. O Sr. Bolivar Antunes, representante da ANA, lembrou qual seria o encaminhamento da sugestão da Sra. Ninon Machado sobre a regulamentação da Lei 9433/97, especificamente os artigos 12 e 52. O Sr. Luiz Bronzatto sugeriu que essa questão fosse encaminhada na estratégia de implementação do PNRH. *Item 6 – Assuntos Gerais – Encerramento.* O Sr. Eduardo Lanna informou que a ata da 42ª reunião da CTPNRH deverá ser aprovada na próxima reunião. Agradeceu a presença de todos, sugeriu as datas dos dias 06 e 07 de novembro para a próxima reunião (Pauta: Sugestões do detalhamento dos programas e estratégia de implementação do PNRH; Apresentação da minuta do documento de estratégia de implementação do PNRH; e Apresentação do MME e do MMA sobre avaliação ambiental integrada;) e nos dias 28 e 29 de novembro de 2006 (Apresentação da proposta do sistema de gerenciamento ordenado por resultados; e Apresentação do MPOG sobre estudo para a inserção da dimensão territorial na elaboração do PPA). O Sr. Antonio Carlos Coronato, representante do CERH-SP, aproveitou a oportunidade para entregar à CTPNRH cópia, em meio magnético, do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. O Sr. Eduardo Lanna agradeceu e parabenizou pelo trabalho realizado. Nada mais havendo a tratar, agradeceu mais uma vez a presença de todos, e deu por encerrada a 42ª reunião da CTPNRH.

RESUMO DAS DECISÕES E RECOMENDAÇÕES DA 42ª REUNIÃO DA CTPNRH

- 1 - O GTCE deverá elaborar uma nota técnica a respeito da criação e função das 56 unidades de planejamento no âmbito do sistema de informações do PNRH;
- 2 - O GTCE deverá encaminhar todo material relativo ao PNRH (DRB, Cadernos Regionais, Cadernos Setoriais, Volumes do Plano, bem como todos os outros que serviram de referência para elaboração do PNRH), previamente à próxima reunião da Câmara Técnica, aos membros da CTPNRH para que os mesmos apresentem por escrito as suas sugestões para o detalhamento dos programas e da estratégia de implementação do PNRH;
- 3 – O GTCE deverá elaborar uma estrutura (formulário) para o procedimento de encaminhamento dessas sugestões;
- 4 – O Sr. Eduardo Lanna será responsável pela criação de uma lista de discussão na *internet* para ampliar o espaço de troca de informações e debate com os membros da CTPNRH.

434
435
436
437
438
439
440
441
442
443

Ata aprovada durante a 44ª reunião da CTPNRH, realizada no dia 27 de fevereiro de 2007.

Antônio Eduardo Leão Lanna
Presidente da CTPNRH

Fabiano Chaves da Silva
Relator da CTPNRH

444